

Coveiros da democracia

É absolutamente inacreditável o grau de insensibilidade, para dizer o menos, de parlamentares federais que, não satisfeitos com o escândalo de suas aposentadorias precoces — que lhes possibilitam parar de trabalhar depois de oito anos (enquanto o resto da população precisa de 30 ou 35) —, percebem generosa pensão, enquanto os demais aposentados recebem pouquíssimo.

Agora querem dobrar o valor da aposentadoria e facultar aos parlamentares requisitar pensão, mesmo com só quatro anos de trabalho no Congresso Nacional.

Esse é o projeto do deputado Gastone Righi (PTB-SP) que pretende incorporar à aposentadoria dos parlamentares o valor pago a título de representação, que quase se equipara ao relativo ao subsídio que auferem. Com isso a aposentadoria integral dos representantes do povo corresponderia ao total de ganho dos que estão na ativa (vale dizer, subsídio mais verba de representação).

O absurdo privilégio é mantido pelo Instituto de Previdência Complementar, que recebe volumosos recursos do Tesouro — isto é, dos bolsos dos suados contribuintes — e que, segundo previsto no Orçamento da União, só este ano deverá ser presenteado com nada menos que Cr\$ 1 trilhão! É verdade que foi tentada a extinção, no prazo de três anos, desse instituto, por projeto do deputado Otto Cunha (PRN-PR), que no entanto já foi rejeitado por seu relator na comissão de Seguridade Social, deputado Maurílio Pereira Lima (PMDB-PE).

O projeto do deputado petebista Gastone Righi, ao contrário, mereceu entusiasmada acolhida do deputado

encarregado de fazer sua avaliação inicial, Pedro Correia (PFL-PE), o qual disse que a proposta visava (pasmem!) “corrigir uma injustiça” e deve ser aprovada “por uma questão de atenção às necessidades básicas da vida”!!!

É claro que “as necessidades básicas da vida” dos senhores parlamentares, que já têm seus altos salários, suas residências funcionais, suas franquias, suas passagens aéreas gratuitas, etc., etc. são necessidades básicas” que não têm nada a ver com as dos cidadãos de um país em crise, com vastíssima porção de sua população carente e miserável. Vivem eles em outro mundo, só de vez em quando perturbado por colegas como o deputado Paulo Bernardo (PT-PR), que atrapalham (raramente com sucesso) o aumento dos privilégios corporativos, ou pela opinião pública que não consegue se conformar com tamanho abuso.

Há pouco, o eleitorado se manifestou nas urnas e passou um inequívoco atestado de desconfiança à classe político-parlamentar. Parece que esse julgamento não adiantou. O vício dos privilégios abusivos parece que está acima, é mais forte do que quaisquer tentativas de moralização.

